

# DICAS

## PÓLIS - ILDES FES

### IDÉIAS PARA A AÇÃO MUNICIPAL

DS Nº 75

1996

## PROGRAMA BOLSA ESCOLA

*Esta é uma das vinte experiências selecionadas no ciclo de premiação de 1996 do Programa de Gestão Pública e Cidadania (iniciativa conjunta da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford).*

O Distrito Federal conta com 56 mil famílias cuja renda não alcança o valor da cesta básica. A evasão e a repetência, duas doenças crônicas da escola brasileira, atingem principalmente as famílias carentes, que não têm condições para manter seus filhos na escola. Para que todas as crianças possam frequentar a escola, e, a partir disso seja superada a exclusão social, o Governo do Distrito Federal implantou o programa Bolsa Familiar para a Educação. Esta Bolsa consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a cada família carente que mantiver todas as suas crianças entre 7 e 14 anos matriculadas na rede escolar pública. A família requerente deve residir há cinco anos consecutivos no DF e ter renda *per capita* de cerca de meio salário mínimo ou menos. A partir do cadastramento na Bolsa-Escola, as famílias são automaticamente inscritas nos programas de emprego e renda da Secretaria de Trabalho/SINE.

### ■ GERENCIAMENTO

O projeto Bolsa-Escola está sob a responsabilidade de uma Comissão Executiva, coordenada pelo Secretário da Educação

e integrada pelos secretários do Desenvolvimento Social e do Trabalho e representantes do Gabinete do Governador, da Fundação de Serviço Social, da Fundação Educacional, do Movimento de Meninos e Meninas de Rua e do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deliberaram sobre a implantação e operacionalização do programa.

Cada região administrativa do DF possui uma Comissão Local, composta por representantes da Divisão Regional de Ensino, do Centro de Desenvolvimento Social e da entidade popular designada pela comunidade para divulgação do programa, acompanhamento da operacionalização, recebimento e encaminhamento de denúncias, auxílio e acompanhamento às famílias.

### ■ IMPLANTAÇÃO E CONTROLE

Diante do ineditismo e do caráter inovador do projeto, o governo do DF optou por implantá-lo gradativamente. Começou em Paranoá, e três meses depois, foi implantado em Brazlândia e Varjão. Ainda em 1995 chegou a Recanto das Emas e São Sebastião.

Em cada cidade foram realizados inicialmente estudos de população, renda familiar, cobertura de matrícula e especificidades das escolas públicas. Em seguida, são feitos o planejamento local, a divulgação pública, a formação da comissão local e o treinamento dos professores que farão inscrições. Após esta etapa, um grupo de famílias inscritas é selecionado (por amostragem) e visitado. Em cada escola há um responsável pelo acompanhamento da frequência escolar.

As mães, que em muitos casos ocupam a posição de chefe da família, e permanecem mais ao lado dos filhos, recebem mensalmente pelo Banco de Brasília, o valor da Bolsa-Escola. A família deve controlar a frequência do(s) filho(s) à escola, uma vez que nenhum pode ter mais de 10% de faltas no mês. Se o aluno bolsista não frequentar 90% dos dias letivos, o pagamento é suspenso. Poderá ser regularizado

caso o aluno volte a frequentar normalmente a escola no mês seguinte. A Bolsa-Escola é renovada anualmente, após reavaliação da condição sócio-econômica da família.

### ■ RECURSOS

É possível implementar o programa utilizando apenas recursos orçamentários do município. Por outro lado, em virtude do seu caráter marcadamente social, o potencial de captação é bastante amplo: é possível contar com verbas da União, e com recursos de outros organismos e entidades nacionais e internacionais, inclusive bancos multilaterais. No entanto, mesmo que estes recursos não se viabilizem, o programa pode ser sustentado pela própria prefeitura.

Os recursos atuais para o custeio do programa são oriundos da arrecadação de tributos do DF, consignados anualmente no orçamento.

Em 1995, foram destinados R\$ 5, 6 milhões para a Bolsa-Escola, mas foram gastos efetivamente cerca de R\$ 2,5 milhões, em virtude da implementação gradativa do programa.

Para 1996, foram destinados R\$ 21,4 milhões para pagamento da Bolsa-Escola, ou seja, cerca de 0,5% do valor global do orçamento geral do Distrito Federal e 3% do valor destinado à educação. O governo espera contar, em 1996, com recursos da União, no valor de R\$ 4 milhões, e com doações de organizações, instituições e entidades envolvidas na ajuda à infância e à adolescência.

### ■ PARCERIAS

Auxiliam na execução do programa as administrações regionais, a Secretaria de Agricultura/Emater (responsável pela inscrição, acompanhamento e inclusão das famílias beneficiárias em seus programas voltados para o atendimento do pequeno produtor), e a Secretaria do Trabalhador/SINE, que atende as famílias beneficiárias das áreas urbanas, em seus programas de geração de emprego e renda.

Participam ainda a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN - com informatização do programa e a radiografia sócio-econômica da população mais carente do DF, e a Universidade de Brasília, através de bolsistas que auxiliam no cadastramento e nas visitas domiciliares. O programa conta com uma ação integrada de organismos do Estado e articula-se com a sociedade civil - Conselho da Criança e do Adolescente, Movimento de Meninos e Meninas de Rua e Comunidade Local.

## ■ RESULTADOS

Atualmente 14.786 famílias estão sendo beneficiadas pelo programa, que atinge 28.672 alunos, distribuídos em sete regiões administrativas. Os resultados ainda estão sendo avaliados, mas é possível apontar alguns números otimistas. Em 1995, em Paranoá, de 2.095 alunos beneficiados, apenas 20 abandonaram a escola. O índice de aprovação foi de 79,8%, enquanto a média do DF é 70,2%.

Outros resultados qualitativos apontados pelos entrevistados são: maior envolvimento da família na educação da criança, já que ela passa a ser responsável por parte substancial da renda familiar; matrículas de crianças que nunca estudaram; maiores possibilidades das famílias propiciarem as condições materiais míni-

mas para o aluno freqüentar a escola; e até mesmo um autocontrole das faltas por parte do próprio aluno.

As mais significativas conquistas da Bolsa-Escola foram garantir a freqüência integral dos alunos e envolver os pais ou responsáveis no processo educativo dos filhos.

Embora a preocupação inicial fosse manter o benefício para a família, os pais, antes pouco comprometidos, passaram a comparecer em massa a reuniões promovidas pelas escolas, para acompanhar de perto o desenvolvimento/desempenho de seus filhos. Aos poucos, motivaram-se também a participar dos conselhos escolares e a se envolver no processo de eleição para diretor das escolas.

Além disso, é totalmente inovador unir em um mesmo programa a redistribuição da renda e a conseqüente melhoria das condições de vida das famílias, com a valorização da educação. A Bolsa-Escola é um programa inédito na área de educação porque criou mecanismos de baixo custo, em curto espaço de tempo, para democratizar o acesso à escola e a permanência dos que tradicionalmente são excluídos do processo de ensino

## ■ DIFICULDADES

No aspecto mais propriamente técnico, houve dificuldades na implantação do programa em

razão do perfil dos profissionais e da sobrecarga de tarefas para as escolas. Para superá-las, foi assinado um convênio com a UnB e estudantes do curso de Serviço Social e outros afins constituíram equipes de auxílio para as inscrições, análises e visitas domiciliares nas áreas urbanas. Buscou-se também aperfeiçoar os instrumentos de controle e simplificar o formulário de inscrição. Além disso, também houve problemas em aferir com precisão a renda dos membros adultos da família, que realizam trabalhos autônomos informais, cuja declaração é verbal. As fraquezas do programa no seu primeiro ano estão relacionadas à deterioração do serviço público no Brasil - recursos materiais reduzidos, recursos humanos despreparados e desmotivados, principalmente nas áreas de educação, saúde e serviços sociais. Esta situação, agravada pela falta de prioridade para estas áreas no orçamento anterior, elaborado em 1994, limitou a implantação do programa e não permitiu atingir metas mais elevadas em 1995.

Os demais órgãos, que fazem interface com o programa, não dispuseram de recursos financeiros e agilidade para a execução de suas ações, voltadas ao atendimento às famílias bolsistas. Dessa forma, o Programa atingiu mais rapidamente seus objetivos vinculados à área educacional do que as de promoção integral da família.

Esse quadro pode ser complementado com o ainda pequeno envolvimento da sociedade civil na realização do Programa.

## POUPANÇA-ESCOLA

As vantagens do programa são evidentes. Nas cidades onde é implantado, a escola transforma-se no centro da vida comunitária, envolvendo as famílias no desempenho escolar de seus filhos. A Bolsa-Escola reduz as desigualdades sociais, por meio da transferência direta de renda para setores excluídos da sociedade; aumenta o consumo da população carente; e, talvez o mais importante, atua como ação preventiva ao desvio precoce de crianças e jovens para o mercado de trabalho, contribuindo para ampliar a consciência de cidadania das populações que vivem a apatia social.

O programa é complementado com a Poupança-Escola, que incentiva os alu-

nos bolsistas a concluírem o 2º grau. Com a Poupança-Escola, eles têm direito ao benefício de um salário mínimo anual, quando promovidos nas séries, o que reforça a aprovação, reduz os altos índices de repetência e evasão.

Quando o aluno concluir a 4ª série do ensino fundamental será aberta uma caderneta de poupança em seu nome. Nesta cader-

neta será depositada somente a metade do saldo do seu crédito, e este valor poderá então ser sacado. O resultado de aprovação ou reprovação continuará a ser anotado nas séries seguintes. Se o aluno concluir a 8ª série do ensino fundamental, novamente terá uma poupança da qual poderá sacar a metade do saldo. Quando o aluno concluir o 2º grau,

receberá todo o valor do seu crédito, com juros e correção monetária nos parâmetros da caderneta de poupança. O aluno que for reprovado por dois anos consecutivos perderá o total dos depósitos existentes em seu nome. Se, em qualquer momento, o aluno abandonar a escola, seu crédito é automaticamente transferido para os cofres do Tesouro do Governo do DF. Enquanto os recursos da Poupança-Escola estiverem depositados, compõem o Fundo de Solidariedade do Distrito Federal, que visa financiar programas de geração de emprego e renda, prioritariamente voltado para jovens entre 17 e 27 anos, para pequenos empreendimentos.

| PROGRAMA BOLSA E POUPANÇA-ESCOLA           |        |       |
|--|--------|-------|
|  | Nº     | %     |
| ALUNOS BENEFICIADOS PELO PROGRAMA          | 12.095 | 100,0 |
| APROVADOS                                  | 10.443 | 86,3  |
| REPROVADOS                                 | 930    | 7,7   |
| EM PROCESSO DE APRENDIZAGEM <sup>(1)</sup> | 545    | 4,5   |
| DESLIGADOS DO PROGRAMA <sup>(2)</sup>      | 154    | 1,3   |
| EVADIDOS <sup>(3)</sup>                    | 23     | 0,2   |

(1) Alunos em projetos pedagógicos que serão avaliados no final do ano de 1996. (2) Alunos desligados por motivo de mudança do DF, por estarem fora dos critérios do Programa e morte. (3) Alunos que abandonaram a escola desistindo de estudar.

Nota: O total de 12.095 alunos corresponde aos avaliados no final do ano letivo de 1995. Atualmente, o Programa atende a 31.964 alunos, sendo que destes 19.869 serão avaliados somente ao final de 1996.

Fonte: Governo do Distrito Federal, 1996

Autor: Marco Antônio de Almeida, a partir do relatório de Hamilton Faria para o Programa Gestão Pública e Cidadania.

Revisão: Veronika Paulics

DISC DICAS: (011) 822-9076, Rua Joaquim Floriano, 462 CEP 04534-002 - São Paulo - SP - e-mail: polis@ax.apc.org